

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO RIO DE JANEIRO

ANO I N° 9 25 DE MAIO a 1° DE JUNHO DE 2003

Stéferson Faria/Petrobras

Um recurso natural abundante, que pode trazer até R\$ 1 bilhão a mais por ano em arrecadação para os cofres do Estado. Essa é a proposta da mensagem de autoria da governadora Rosinha Garotinho, em tramitação na Assembleia Legislativa, que inclui a produção de petróleo entre as operações mercantis tributadas pelo ICMS no Estado. O projeto conta com o apoio de todas as lideranças partidárias da Casa, que devem votar o texto, em discussão única, na próxima semana. Caso seja aprovada, a lei entrará em vigor no dia 1º de julho.

“Há 15 anos o Rio vem sendo prejudicado pela perda de receitas na produção de petróleo. Esses recursos vão modificar a Saúde, a Segurança e a Educação do nosso povo. O Legislativo vai transformar este projeto em lei, abrindo um grande debate nacional em torno dessa questão”, diz o presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB).

Para o secretário estadual de Controle, Planejamento e Gestão, Fernando Lopes, a posição dos líderes partidários na Casa mostra o compromisso das bancadas com a economia do estado. “O Rio sempre teve uma postura cosmopolita, de se preocupar mais com o restante do mundo do que com suas próprias questões. Estava na hora de começar a olhar para nosso próprio umbigo”, aponta. Segundo Lopes, a decisão também pode ajudar na viabilização da construção da Refinaria Barbosa Lima Sobrinho, no município de Campos, no Norte Fluminense. “Se a Petrobras refinar o óleo extraído em Campos na Renorte, ela pode compensar o ICMS cobrado na extração”, afirma.

O petróleo é nosso e o ICMS também



PÁGINA 3

Projeto que taxa extração de petróleo em 18% no estado do Rio tem apoio de líderes na Alerj

**Assinado convênio
que vai criar o
Parlamento Juvenil**

PÁGINA 2

**Comissões fazem
campanha para
garantir refinaria**

PÁGINA 7

**Seguranças da
Assembleia são
treinados no Bope**

PÁGINAS 4 e 5

PALAVRA DO EDITOR

Desde 1988 o Estado do Rio vem sendo castigado pela perda crescente de divisas, sob os auspícios da Constituição Federal. A taxação do petróleo no destino – e não na origem – representa uma injustiça histórica com o maior produtor de petróleo do País. Chegou a hora de corrigir esse equívoco. Daí a mobilização dos deputados estaduais em torno do projeto que institui a cobrança de ICMS sobre a extração de petróleo em solo fluminense. A mensagem tramita em regime de urgência na Casa e, se for aprovada, representará o ingresso de R\$ 1 bilhão por ano nos cofres estaduais.

Não se trata, porém, de compensar o Rio somente pelos prejuízos econômicos. É fundamental que o dinheiro arrecadado com a taxação do petróleo seja revertido em favor de áreas essenciais, como Saúde, Educação e Segurança. As repercussões sociais são evidentes e aguardadas com ansiedade pela população.

Longe de declarar guerra ao Governo federal, o Rio corre atrás do tempo perdido. O próximo passo dessa empreitada será garantir os recursos necessários à construção da Refinaria Barbosa Lima Sobrinho, no Norte Fluminense. Ao encampar esses projetos, a Alerj assume a linha de frente de um movimento em defesa do Estado.

Gabriel Oliven

Diretor de Comunicação Social

EXPEDIENTE

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
dcs@alerj.rj.gov.br

Presidente: JORGE PICCIANI
1º Vice-presidente: Heloneida Studart
2º Vice-presidente: José Távora
3º Vice-presidente: Pedro Fernandes
4º Vice-presidente: Fábio Silva
1ª Secretária: Graça Matos
2ª Secretário: Léo Vivas
3º Secretário: Marco Figueiredo
4º Secretário: Nelson do Posto

Jornalista responsável: Gabriel Oliven (Mat. 14954/88)
Coordenadora: Sônia Moreira
Repórteres: Erika Junger e Fernanda Galvão
Estagiários: Fernanda Pizzotti, Fernanda Porto, Florence Jacq, Gabriel Mendes, Leandro Marins, Leonardo Hazan, Melissa Ornelas, Ramien Brum
Fotografia: Daniela Barcellos
Diagramação: Talitha Magalhães
Projeto gráfico: Nel Figueiredo
Coordenação Gráfica: Aranha
Montagem: Silvana Abreu e Carlos Renes
Impressão Digital: Gráfica Alerj
Tiragem: 2.000 exemplares

Plenário lotado para o Parlamento Juvenil

PRESIDENTE DA ALERJ E SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO ASSINAM CONVÊNIO

Fotos Daniela Barcellos



Deputados, estudantes e professores da rede estadual participaram da assinatura do convênio

ERIKA JUNGER

Em breve, o plenário da Assembleia Legislativa será tomado pelas vozes de dezenas de estudantes do ensino público estadual. Com o plenário lotado de estudantes e líderes políticos do Estado, a Alerj assinou, no último dia 21, convênio com a Secretaria de Educação que cria o projeto Parlamento Juvenil. O objetivo é formar líderes políticos e estudantes participativos, conscientes de sua cidadania. O presidente da Casa e idealizador do projeto, deputado Jorge Picciani (PMDB), acredita que a iniciativa abrirá um canal de ligação entre aqueles que regem o Rio: Legislativo, Executivo e Judiciário.

A idéia é eleger um estudante em cada um dos 92 municípios do Estado e transformá-lo em deputado por uma semana. A eleição será em dois turnos: no dia 29 de agosto, cada escola escolherá um aluno e, em 22 setembro, os alunos decidirão, entre os vencedores da 1ª fase aquele que representará seu município. O resultado sai no dia 26 do mesmo mês. Os candidatos poderão organizar campanhas com debates e exposição de suas idéias. Somente estudantes cursando o Ensino Fundamental ou Médio, e com 18 anos incompletos, participarão do processo. Uma vez eleito, o aluno será treinado sobre as atribuições e competências



Jorge Picciani e a secretária Darclia Leite

de um parlamentar. Em dezembro eles começarão a exercer o mandato.

Picciani garante que o projeto visa defender um esforço conjunto para que a população possa conquistar a cidadania, conhecendo a fundo seus direitos e deveres. “Nesse sentido, a educação dos jovens e o conhecimento das estruturas de poder são prioritários. Conhecer os mecanismos da relação entre os poderes e como as necessidades coletivas se transformam em lei é um passo importante na conquista da cidadania e na valorização do Legislativo”, aponta.

A secretária estadual de Educação Darclia Leite acha a iniciativa de grande importância para a criação de uma sociedade mais justa, além de ser o primeiro passo para garantir um ensino público que promova a democracia. “A iniciativa dá mais uma demonstração do compromisso dos parlamentares com a cidadania e a democracia”, diz ela.

Do fundo do mar para os cofres

Fotos Daniela Barcellos

ALERJ ESPERA APROVAR ATÉ JUNHO PROJETO DE LEI QUE COBRA ICMS DE 18% SOBRE EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO

ERIKA JUNGER E FERNANDA GALVÃO

A mensagem enviada pela governadora Rosinha Garotinho, estabelecendo a cobrança de 18% em ICMS sobre a extração do petróleo, recebeu o apoio maciço dos líderes de partidos na Assembléia Legislativa. Presidente da Casa, o deputado Jorge Picciani (PMDB) acredita que o aumento de R\$ 1 bilhão ao ano na arrecadação, calculados pelo secretário estadual de Controle e Gestão, Fernando Lopes, ajudarão e muito a modificar a vida da população fluminense. “Não se fala em política de Segurança sem a necessidade de investimentos de grande porte. O Rio de Janeiro tem a fonte, já que 85% das jazidas de petróleo estão em solo fluminense, gerando riquezas e divisas para nosso País. Precisamos trazer parte desses recursos para cá”, afirma.

A estimativa do líder do governo, deputado Noel de Carvalho (PSB), é mais otimista que os números calculados pelo Governo. Segundo o parlamentar, a proposta pode trazer até R\$ 500 milhões ao mês para o Tesouro estadual. “Um especialista em petróleo que consultei calcula que, com o barril do petróleo a 24,7 dólares, e com a produção do Rio oscilando em 1,3 milhão de barris/dia, teremos cerca de R\$ 500 milhões ao mês. Isso representa R\$ 6 bilhões ao ano”, comemora. Este valor estimado por ele significa um aumento de 60%, na receita estadual.

O líder do PSDB, deputado Otávio Leite, acredita que a proposta é a soma da criatividade com a heterodoxia jurídica. “Nesta hora, a defesa do estado é infinitamente superior às nossas diferenças partidárias”, garante o tucano. O líder pedetista Paulo Ramos endossa as palavras do colega: “Quem está na oposição está dando uma demonstração de que não tem restrição para que sejam criadas condições de governabilidade”.



Líderes partidários mostram a união das bancadas na Alerj e buscam a aprovação do projeto



André Martins de Andrade e Noel de Carvalho: mensagem não saiu de um passe de mágica

Tributarista aponta base legal

O advogado tributarista André Martins de Andrade, que auxiliou o Poder Executivo na redação da mensagem, explica que o projeto não nasceu de um passe de mágica, mas sim do descuido dos governos anteriores. “É um artifício legal, baseado em fato que ninguém havia percebido antes”, garante Andrade.

Segundo a Constituição Federal, o petróleo, assim como a energia elétrica, não é taxado na origem da produção, e sim no destino final. Também é um produto isento de impostos nas operações interestaduais. A tese

defendida por Andrade, e endossada pelos deputados, é a de que, na verdade, o petróleo é uma mercadoria que muda de dono ainda no Estado - passa da União, que é a dona do subsolo, para a Petrobras durante o processo de extração, no chamado ponto de medição zero. “Aí se configura uma operação mercantil, portanto passível de ser tributada”, explica o advogado, acrescentando que não teme a reforma tributária em discussão no Congresso Nacional. “Estamos justamente seguindo a orientação do Governo federal”, aponta ele.

Qualificação profissional

ALERJ OFERECE TREINAMENTO ESPECIALIZADO PARA FUNCIONÁRIOS. SEGURANÇAS FAZEM CURSO NO BOPE

GABRIEL MENDES

A palavra-chave é qualificação. De olho no aprimoramento de seus funcionários e assessores, a Assembléia Legislativa oferece cursos e programas de treinamento que beneficiam cerca de 1.300 pessoas. Só no mês de maio, foram ministrados dois cursos: um para emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e outro sobre o Processo Legislativo. A Casa tem ainda convênio com a Universidade Estácio de Sá, que garante bolsas a funcionários, comissionados e seus dependentes. Mas o setor que mais investe em treinamento é o Departamento de Polícia e Segurança.

Para garantir a integridade física dos deputados, funcionários e visitantes do Legislativo, os 132 seguranças da Casa são submetidos a testes de resistência física em cursos de patrulhamento na selva, entrada explosiva em ambientes confinados, abordagem de veículos e incursão a favelas.

Uma semana por ano, os seguranças passam por um processo de reciclagem no Bope – Batalhão de Operações Especiais. “Eu exijo o máximo dos meus homens. Eles sempre têm algo a aprender”, diz Ledenisio Barata Fontes, diretor do departamento há 10 anos. Barata, que adquiriu seus conhecimentos em Israel, foi o terceiro brasileiro nomeado instrutor da SWAT. A nomeação aconteceu no Plenário Barbosa Lima Sobrinho e foi publicada em Diário Oficial.

No recesso parlamentar, 50 seguranças estarão na Academia de Polícia, lapidando seus conhecimentos.

Outros 20 homens farão, também em julho, um curso de Segurança de Autoridades. Paralelamente ao treinamento, Barata pretende modernizar o setor, substituindo o atual detector de metais da entrada do Palácio Tiradentes por um moderno equipamento de Raios-X. No entanto, ele garante que um bom segurança deve ser acima de tudo educado. “Ele tem que saber como lidar com visitantes e autoridades. Cortesia e gentileza são fundamentais”, opina. Fiel a esses princípios, Barata requisitou cursos de Inglês, Francês e até de Relações Públicas para os agentes de segurança.

É justamente pela educação e simpatia que a segurança Maria Cristina de Vilhena

Castro cativa a

todos na Alerj. Mas atrás dos olhos verdes e do sorriso fácil se esconde uma mulher forte e corajosa. Quando passou no concurso para agente de segurança, há 13 anos, Cristina sofreu com o preconceito dos colegas, que não acreditavam que aquela moça franzina pudesse dar conta do recado. Com o passar dos anos, ela foi ganhando experiência e confiança. Foi a primeira mulher a concluir os cursos de Segurança de Autoridades no Batalhão de Infantaria da Aeronáutica (Binfa) e de Forças Especiais, da Tees Brazil. Hoje, a respeitada Cristina é chefe da Segurança do Palácio 23 de Julho e planeja vôos mais altos. Ela pretende ser a primeira mulher a assumir a subdiretoria do departamento. “Gosto de desafios. Não tenho medo nem da morte. A única coisa que temo é ficar paraplégica e não poder mais trabalhar com o que eu gosto”, confessa.



Cristina fez curso de segurança de autoridades



Em Curitiba, o diretor do Departamento de Segurança

CONVÊNIO GARANTE BOLSA

Anderson Pereira Abboud é um dos mais de mil funcionários da Alerj beneficiados pelo convênio firmado entre a Assembléia e a Universidade Estácio de Sá, em 2001. Anderson concluiu ano passado o curso de Informática, com especialização em Redes. Por ser funcionário da Alerj, teve direito a 20% de desconto, o que representou economia de mais de R\$ 60 por mês. Conforme as regras do convênio, o benefício se estende ainda para dependentes. É por isso que Érika Grigorevski de Lima, esposa de Anderson, tem bolsa no curso de Informática, com ênfase em Ambientes de Internet. “É uma ótima ajuda para fechar as contas do mês” comemora Anderson.

nal em primeiro lugar

Arquivo Pessoal



ca da Alerj, Ledenisio Barata (todo de preto), participa de treinamento sobre abordagem de veículos

SAS DE ESTUDO NA ESTÁCIO DE SÁ



Anderson Abboud concluiu curso de Informática

O convênio garante bolsas de até 50% para funcionários concursados, comissionados e dependentes. “O valor da bolsa depende do curso, do campus e do horário” explica Maria Alice Tavares, funcionária do departamento de Treinamento.

Outro funcionário contemplado pelo convênio é Luiz Cruz da Cunha, segurança da Casa desde 88. Luiz, que está no sexto período do curso de Direito, no campus do Centro, tem bolsa de 50%. O segurança, que tem três filhos homens, acredita que não teria condições de cursar a Estácio, não fosse o desconto. “Tenho que sustentar minha família. Meu filho mais novo tem um mês” conta.

Luiz também agradece à Alerj pelo intenso treinamento que recebeu ao longo dos 15 anos de Legislativo. Ele destaca as duas semanas de treinamento no Bope como sua melhor experiência profissional.

Orientação sobre leis e emendas

A Alerj conta com programas de treinamento organizados e ministrados pelos próprios funcionários. Todo ano é realizado o curso de Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O objetivo do curso é orientar a assessoria dos deputados em relação às possibilidades de emendas. Segundo o chefe de gabinete da Consultoria de Orçamento, Sérgio Martins, as proposições de emendas chegam a quase 10 mil por ano. A Comissão de Orçamento tem 10 dias para analisar todas as propostas e só então a LDO vai a plenário para ser votada. “Agora, esse trabalho já não é tão difícil, porque o envio de proposições pode ser **online**”, destaca Sérgio, acrescentando que a informatização do setor resultou na economia anual de 40 mil folhas de papel. Com o mesmo propósito, são oferecidos cursos para emendar a Lei do Orçamento Anual, sempre em setembro, e o Plano Plurianual, no primeiro ano de cada legislatura.

Em 2003, foi criado um curso sobre Processo Legislativo. “O objetivo é explicar o funcionamento da Alerj e o processo de produção de leis”, explica Jocelino Alves Cabral, coordenador do curso. Em outras palavras, quem frequentar as aulas vai aprender um pouco mais sobre deputados, lideranças e comissões. Também vai saber como é o trabalho em plenário, além dos trâmites processuais para que um projeto se torne lei.

Quem já fez o curso aprova. “Foi uma experiência importante porque possibilitou àqueles que chegaram à Casa conhecer melhor seus mecanismos. Também permitiu a aproximação e o entrosamento das novas equipes” garante o chefe de gabinete do deputado Leandro Sampaio (PMDB), Calau Lopes.

EM DEBATE: TAXAÇÃO DO PETRÓLEO NO ESTADO DO RIO

LUIZ PAULO CORRÊA DA ROCHA

DEPUTADO ESTADUAL PELO PSDB

Justiça fiscal e social

Sabe-se que para extrair petróleo do nosso subsolo - e 80% da produção nacional se origina no Estado do Rio -, existe um ciclo: a extração, o transporte e o refino. O ICMS pode ser cobrado tanto na fase da extração quanto na do refino, já que ambas fazem parte do processo de circulação da mercadoria. Na extração, o óleo bruto. No refino, os seus derivados.



Tanto isso é verdade que o petróleo, no subsolo, pertence à União. Quando é extraído e passa pelo ponto de medição, torna-se propriedade da concessionária, no caso, a Petrobras. É nesse momento que se caracteriza a circulação da mercadoria, pois se deu o fato físico (a circulação da jazida para o duto), o econômico (a reserva passou a ser um produto de mercado) e o jurídico (o que era da União passou a ser da concessionária). Por via de consequência, é fato gerador do imposto a extração do petróleo, no momento em que esta mercadoria passa pelo ponto de medição da produção. Tal fato se abriga claramente no inciso II, do artigo 155 da Constituição Federal.

O Executivo apresentou à Alerj o projeto de lei 407/03, que altera a Lei 2.657/96, sobre a incidência de ICMS com sua alíquota de 18% na extração de petróleo. O projeto é constitucional pelos argumentos apresentados. Não há que

“Os benefícios sociais da lei que taxa a extração de petróleo são inegáveis. A população sairá ganhando”

se falar no princípio da anterioridade, pois não foi criado imposto novo, nem tampouco alíquota.

Os benefícios

sociais da presente lei são inegáveis. Ela aumentará, de forma direta, a arrecadação do Estado em mais de R\$ 1 bilhão por ano. Do total, 25% irão, como cota-parte, para os 92 municípios do nosso Estado. Assim posto, se queremos mais escolas e melhorar o salário do professor; termos uma política de Segurança Pública com um sistema de inteligência moderno e eficiente, com policiais bem preparados e bem remunerados, morando dignamente; se quisermos ofertar um serviço público de qualidade sem aumentar impostos, a aprovação do presente projeto de lei é a grande contribuição que essa Casa pode oferecer à população do Estado.

PAULO MELO

DEPUTADO ESTADUAL E LÍDER DO PMDB

Resgate dos direitos

Fotos Daniela Barcellos

A mensagem 407/2003, encaminhada a Alerj, de autoria do Poder Executivo que fixa alíquotas para cobrança de ICMS sobre a produção de petróleo na Bacia de Campos é mais um dos instrumentos de que o Governo estadual dispõe para aumentar a arrecadação e fazer justiça fiscal. Com essa proposta, o Rio de Janeiro pode aumentar sua



receita em mais de R\$ 2 bilhões ao ano, com reflexos diretos no índice de participação dos municípios.

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 155, o ICMS não incide nas operações interestaduais de transferência de combustíveis e derivados. Esse dispositivo é altamente danoso para o Rio de Janeiro, pois mesmo sendo nosso Estado o maior produtor de petróleo - contando ainda com a Refinaria de Duque de Caxias - ele não fica com grande parte da arrecadação de ICMS gerada com a comercialização de combustível, sendo beneficiados outros estados consumidores como São Paulo e Minas Gerais, entre outros.

Fazer incidir o ICMS na exploração de petróleo é meio jurídico e legal para que a arrecadação e riquezas geradas com a exploração do petróleo no Rio de Janeiro fique em nosso território.

A mensagem está antecipando uma grande discussão

“A cobrança de ICMS sobre a exploração de petróleo é o meio legal de gerar riquezas para o Estado do Rio”

que será travada no seio da Reforma Tributária, onde os parlamentares fluminenses tentarão reverter o

artigo 155 da Constituição Federal nos moldes em que está disposto. Enquanto esta modificação não chega, a legislação fluminense irá fazer a tão sonhada reforma fiscal em benefício do Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, não é um novo imposto. É um tributo que já deveria estar sendo cobrado e que deixou de ser por um cochilo dos governos anteriores. Essa mensagem vai acrescentar ao Rio de Janeiro aquilo que lhe é de direito, os valores estão orçados em até R\$ 1 bilhão por ano. Vamos provar que o economista e ex-ministro do Planejamento Roberto Campos estava errado quando disse que o Rio era um emirado pobre.

Contagem regressiva para refinaria

Leandro Marins

COMISSÕES PERMANENTES SE UNEM EM BUSCA DE RECURSOS PARA A CONSTRUÇÃO DA RENORTE

FERNANDA PIZZOTTI

A Alerj intensificou a campanha para trazer uma nova refinaria de petróleo para o Estado. Com prazo de seis meses para a avaliação do projeto de construção, a Assembléia quer conscientizar a população de que a Refinaria Barbosa Lima Sobrinho (Renorte) abrandará a crise financeira do Estado. Para atingir este objetivo, estão na ordem do dia audiências públicas e encontros com os ministros de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, e da Agricultura, Pesca e Abastecimento, Roberto Rodrigues, para debates. A defesa do projeto tem razão de ser: a refinaria deve gerar mais 30 mil empregos diretos e indiretos.

Defensor da causa, o vice-presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado Domingos Brazão (PMDB), diz que a Casa deve mobilizar a população de todo o Estado. “Vamos criar um clima favorável, explicando ao povo que ele será o grande beneficiário”, conta. Segundo ele, serão realizadas audiências públicas com comunidades e prefeitos para chamar a atenção popular.

Para o presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, deputado Samuel Malafaia (PSB), essa é uma tentativa de compensar a



Domingos Brazão (PMDB) quer audiências públicas para discutir tema com a população

perda anual da arrecadação do Estado, que chega a R\$ 1 bilhão em ICMS, devido à lei que exclui o petróleo da tributação de produtos na origem. A refinaria reverteria parte deste valor para a região. “Não adianta construir a Renorte e não termos lucro”, diz ele, acrescentando: “O Rio produz 85% do petróleo do País, e é injusto não arrecadarmos imposto em cima disto”.

Para tentar abolir o problema tributário, o deputado se encontrou com os Ministros da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, e da Agricultura, Pesca e Abastecimento, Roberto Rodrigues. “Os ministros estão mais próximos do Governo Federal. É

importante que eles entendam a necessidade do Estado”, diz Malafaia. Ele também vai encaminhar uma indicação à Mesa Diretora para que a Casa apóie a construção da refinaria.

Já o presidente da Comissão do Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social deputado Gilberto Palmares (PT) acha importante que a Alerj aja em conjunto, colocando-se favorável à construção da refinaria e à cobrança do imposto devido. “A Região Noroeste é a mais degradada do Estado. Com a construção e a cobrança dos impostos da Renorte, teríamos recursos suficientes para desenvolver esta região”, diz ele.

PELAS COMISSÕES

Passe livre: deputados ouvem a Fetranspor

A Comissão Permanente de Assuntos da Criança, Adolescente e Idoso da Alerj recebeu, no último dia 22, representantes da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio (Fetranspor), das Barcas S.A e da Secretaria municipal de Transportes, entre outros órgãos. Eles debateram a lei que reduz de 65 para 60 anos a idade que dá aos idosos o direito ao passe livre nos ônibus.

Daniele Hypólito recebe a Medalha Tiradentes

A Comissão de Esporte e Lazer da Alerj homenageou a ginasta Daniele Hypólito (foto) com a Medalha Tiradentes, no último dia 23. A solenidade foi uma iniciativa da presidente da comissão, deputada Georgette Vidor (PP). Após a condecoração, a ginasta posou para fotos ao lado de parlamentares, na escadaria do Palácio Tiradentes, como parte da campanha para tornar o Rio de Janeiro sede dos Jogos Olímpicos de 2012.



ENTREVISTA / COMTE BITTENCOURT

DEPUTADO ESTADUAL E LÍDER PELO PPS

Mais verbas para pesquisa

DEPUTADO QUER TRANSFORMAR O RIO EM PONTA DE LANÇA DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO

FERNANDA GALVÃO

Depois de dez anos como vereador em Niterói, o pedagogo e químico Comte Bittencourt (PPS) atravessou a Baía de Guanabara para encarar seu primeiro mandato como deputado estadual, e agora se lança no desafio de ser o defensor das políticas de Ciência e Tecnologia discutidas na Casa. Com este objetivo, ele se reuniu diversas vezes com o secretário estadual da pasta, Fernando Peregrino, intermediou discussões entre servidores e o presidente da Faetec, Cláudio Mendonça, e anunciou que irá acompanhar de perto a execução orçamentária da Finep, órgão federal de fomento à pesquisa. “Queremos ver quanto virá para o Rio, que tem tudo para ser a referência nacional no assunto. Temos os melhores centros de pesquisa do País, e não se fala em desenvolvimento sem pensar em base científica e de pesquisa”, aponta. Mantenedor do Centro Universitário Plínio Leite, ele garante que consegue conciliar suas atividades acadêmicas com as parlamentares – todos os dias, das 8h às 13 horas ele dedica-se às suas funções à frente do centro, antes de vir para a Assembléia. “Ser deputado é um contrato temporário. Ele existe enquanto a sociedade achar que eu mereço ser seu representante no Parlamento”, determina.

O senhor está à frente da Comissão de Ciência e Tecnologia, que vem se revelando uma das mais atuantes da Casa. Este tem sido seu maior desafio?

Entendo que uma das saídas para o estado do Rio de Janeiro crescer é o investimento em pesquisa. Queremos fazer da Comissão um órgão vibrante de debates nesta área. Trouxemos

o ministro de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, para discutir as visões do Governo Federal para o setor, temos vários contatos com o secretário Fernando Peregrino e com diversos outros órgãos voltados para a pesquisa. Nosso objetivo maior é fazer com que a Casa interaja ao máximo com estes organismos, e integrar os deputados com este campo de atuação. **Além de preocupar-se com os investimentos em pesquisa o senhor também envolveu-se com as causas trabalhistas dos profissionais da área, como no caso dos professores em greve da Faetec. Isto deve se repetir, se necessário?**

O Parlamento tem, ao mesmo tempo, a função de um poder fiscalizador e político. Neste caso em particular, nosso papel foi o de intermediar as relações, no caso, entre os servidores e o Executivo. Entramos nesta discussão e ajudamos as duas partes a encontrar um entendimento, e parte da pauta não teria sido posta em debate se não tivéssemos interferido. Sem a Comissão não haveria este encontro, pois as relações entre as partes estavam estremecidas. Também participei das discussões do professorado do estado, na condição de vice-presidente da Comissão de Educação. E vamos voltar a agir desta forma, em todos os confrontos que houver. Esta é a nossa função.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias já está em discussão na Casa. Como a comissão deve se posicionar, no tocante ao percentual destinado à pesquisa?

Por lei, o Estado deve destinar 2% de seu orçamento para a área de Ciência e Tecnologia. Infelizmente, o Rio tem uma

tradição de não honrar este percentual e pior, de ficar muito abaixo disso. Mesmo no ano de 2001, quando o Governo do Estado fez o maior investimento em pesquisa em toda a sua história, este investimento não chegou a 1% do orçamento estadual. Em conversa com o secretário Peregrino ele chegou a dizer que o quantitativo determinado por lei é muito. Queremos discutir com os outros setores. Não adianta termos um percentual determinado por lei se ele não é cumprido. Devemos chegar a um teto factível.

Comte: ‘Temos os melhores centros de pesquisa do País. Não há desenvolvimento sem pensar em base científica e de pesquisa’



Daniela Barcellos